

VIII

Seminário Internacional

# políticas culturais

23 a 26 de maio de 2017 - Rio de Janeiro

## Anais

**Organizadores**

**Lia Calabre**

**Maurício Siqueira**

**Marcelo Viana**

**Deborah Rebello Lima**

Seminário Internacional Políticas Culturais (8. : 2017 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais do VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 23 a 26 de maio de 2017, Rio de Janeiro / Organizadores, Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

1 ebook (1.224 p.).

Modo de acesso: World WideWeb: <URL>

ISBN 978-85-7004-356-6

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Viana, Marcelo, org. IV. Lima, Deborah Rebello, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306



# **Anais do VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais**

Organizadores

**Lia Calabre**

**Maurício Siqueira**

**Marcelo Viana**

**Deborah Rebello Lima**

Rio de Janeiro  
2017

Fundação  Casa de Rui Barbosa

# POLÍTICAS CULTURAIS E TERRITORIALIDADES NO RIO DE JANEIRO: O CASO DA REDE CARIOCA DE PONTOS DE CULTURA E DAS AÇÕES LOCAIS

Guilherme Lopes<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho pretendemos refletir acerca das relações entre as territorialidades e políticas culturais. Mais especificamente, relatamos parte do processo por meio do qual as noções de *território* e *territorialidade* foram incluídas no escopo das políticas públicas da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC). Dentre estas, daremos destaque à implementação e gestão da *Rede Carioca de Pontos de Cultura*, ação municipal vinculada à Política Nacional de Cultura Viva, e ao *Prêmio de Ações Locais*, política municipal que objetiva reconhecer e fomentar grupos e agentes que desenvolvem suas ações culturais a partir de um recorte territorial. Assim, pretendemos oferecer um registro de parte deste rico e complexo processo, construído a partir de parte da equipe envolvida nesta construção, contribuindo, assim, para as reflexões e intervenções no campo das políticas culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** políticas culturais, territorialidades, pontos de cultura, prêmio de ações locais, Rio de Janeiro.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT/UFF), bolsista pela FAPERJ e graduado em Produção Cultural (IACS/UFF). Foi Gerente da Rede Carioca de Pontos de Cultura na Secretaria Municipal de Cultura do Rio, trabalhando entre 2013 a 2016. email: guilhermelopes@id.uff.br



## 1. INTRODUÇÃO

Tratar de políticas culturais e, de maneira geral, das relações entre política e cultura é uma tarefa complexa. A amplitude de usos e significados dos termos *cultura* e *política* nos oferece uma diversidade de olhares e percursos possíveis, seja do ponto de vista da pesquisa científica ou ainda o da intervenção por meio de projetos, programas ou ações culturais. Dessa maneira, reconhecer a complexidade do tema se faz necessário desde o início, assim como apresentar um quadro mínimo de referências que nos auxiliem a pensar e intervir sobre a temática.

Neste trabalho, pretendemos refletir acerca da emergência do conceito de *território* nas políticas culturais produzidas no contexto das cidades. Em seu percurso, buscamos elencar alguns dos usos feitos por entes públicos e estatais bem como por grupos e agentes da sociedade civil atuantes na cultura, em especial no debate público e nas intervenções que vem sendo realizadas na cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana nos últimos anos. Cabe destacar que aqui compreendemos os *conceitos* como *ferramentas*, como *dispositivos*, seja para a compreensão da realidade mas, sobretudo, para a intervenção no real, para a criação e abertura de novas possibilidades (HAESBAERT, 2014, p. 47-51).

Mais especificamente, relataremos parte do processo por meio do qual o *território* e as *territorialidades* foram incluídas no escopo das políticas públicas de cultura empreendidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio de sua Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Dentre as diversas políticas desenvolvidas por este órgão, daremos destaque às ações da sua Subsecretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (anteriormente nomeada como Coordenadoria de Cultura e Cidadania), setor responsável, dentre outras atribuições, pela implementação e gestão da *Rede Carioca de Pontos de Cultura*, ação municipal vinculada à Política Nacional de Cultura Viva, e pelo *Prêmio de Ações Locais*, políticas públicas municipais que, conforme relataremos, dão centralidade ao debate sobre cultura e território.

Daremos destaque ao processo inicial de constituição deste trabalho, partindo do campo inaugurado pelo Cultura Viva, em nível nacional, em direção a uma ação de melhor reconhecimento e redistribuição no território em nível local, específica para o Rio de Janeiro, por meio da Rede Carioca de Pontos de Cultura. Após isso, apresentamos as linhas gerais do desenvolvimento metodológico do Prêmio de Ações Locais, entendido como uma ação que busca aprofundar, do ponto de vista conceitual e metodológico, alguns dos processos disparados pelo Cultura Viva, pensando também no contexto e cena cultural carioca. Desta forma, buscamos tratar das políticas culturais que possuem como tarefa a promoção da *cidadania cultural* - isto é, do direito à cultura - no contexto das cidades contemporâneas, entendendo o território como conceito-chave para essa ação, de modo a articular *superação das desigualdades* e *reconhecimento das diferenças* (LOPES, 2014, p. 8-11).

É importante também destacar que este texto é escrito a partir do cruzamento de diferentes lugares e inquietações dentro do campo da cultura. O trabalho traz consigo as experiências profissionais desenvolvidas diretamente no processo de implementação destas políticas na qualidade de gestor cultural e funcionário da Secretaria Municipal de Cultura, ciclo que compreende o período de meados de 2013 a meados de 2016, bem como o pertencimento também à pesquisa e investigação científica, atualmente desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT/UFF). Desta forma, o trabalho traz um relato da formulação destas políticas, buscando propor diálogos e articulação entre os percursos metodológicos de ação do poder público e parte dos debates acerca das relações entre cultura e território, tendo sempre como horizonte o desafio político que é a materialização da diversidade cultural, tendo como percurso para isso o aprofundamento dos direitos culturais.



## 2. PONTOS DE PARTIDA: O CULTURA VIVA E AS RELAÇÕES ENTRE *CULTURA E LUGAR*

Criada no panorama das políticas públicas de cultura do Brasil no ano de 2004, a Política Nacional de Cultura Viva foi uma das principais ações desenvolvidas durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), e executada pela gestão do artista e intelectual Gilberto Gil a frente do Ministro da Cultura (MinC), entre os anos de 2003 a 2008. Inicialmente, a ação se caracteriza como um Programa, intitulado “Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva”, ocupou diversos lugares dentro das gestões do Ministério, sendo sempre um dos principais temas no discurso de seus gestores.

Em síntese, o Cultura Viva pode ser compreendido como uma ação de reconhecimento, fomento e articulação de grupos, agentes e ações culturais de base comunitária, atuantes em diversas linguagens artísticas ou expressões culturais. O ato de criação do Programa, a Portaria MinC nº 156, de 6 de julho de 2004, define como objetivos do Cultura Viva, em seus artigos 1º e 2º:

Art. 1º - Criar o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o *acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural*, assim como de *potencializar* energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.

Art. 2º - O Programa estimulará a *exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços* públicos e privados que possam ser disponibilizados para a *ação cultural*. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004, *grifos nossos*).

Na sequência, a portaria também apresenta qual seria o público alvo desta política pública, apresentando os grupos de “populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural”. Suas ações se dão a partir de editais e seleções públicas de propostas culturais, contemplando tanto a transferência direta de recursos quanto a oferta de equipamentos e outros meios de suporte às organizações participantes selecionadas (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004).

A principal ação desta política são os chamados “Pontos de Cultura”, grupos culturais juridicamente constituídos que ao inscreverem seus projetos, comprovarem um histórico de atuação cultural e serem selecionados em processo seletivo público, passam a receber apoio financeiro e técnico do poder público para a manutenção e ampliação de suas atividades culturais. Na definição de Célio Turino, em seu livro “Ponto de Cultura: o Brasil de baixo pra cima”, os Pontos de Cultura são

um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, mas sim das pessoas; um *organizador da cultura no nível local*, atuando como um *ponto de recepção e irradiação de cultura*. (TURINO, 2009. p. 64, *grifos nossos*).

Nesta primeira definição, é perceptível a profunda imbricação entre espacialidade/territorialidade e as ações culturais reconhecidas e apoiadas por meio desta política. O responsável pela formulação e implementação desta política apresenta uma definição que põe sua centralidade justamente na articulação entre *cultura e lugar*, ao definir o Ponto de Cultura como um “organizador da cultura no nível local” e como “ponto de recepção e irradiação de cultura” - isto para além da intuição presente no próprio nome *Ponto de Cultura*, que já denota a imagem de um lugar, um local, um determinado *ponto no espaço-tempo* onde *há cultura*, onde *se faz cultura*; um lugar que é definido e percebido justamente por meio da prática cultural que ali acontece.





Mais do que simplesmente o apoio projetos que reproduzem uma lógica de “levar cultura” a aqueles grupos, comunidades ou localidade “que não a possuem”, os Pontos de Cultura seriam justamente o movimento contrário, de reconhecimento, chancela e apoio a agentes e grupos que já possuem um histórico de atuação cultural em seus territórios por meio da atuação do Estado e do poder público. Deste modo

o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. *Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social.* (TURINO, 2009. p. 64, *grifos nossos*).

Além da vinculação com o território, os Pontos de Cultura também trariam para o radar das políticas públicas de cultura, de maneira mais estruturada e sistêmica, um olhar sobre práticas culturais que se estruturam justamente como “cultura em processo” e, por isso, não se enquadram nas categorias tradicionais das políticas públicas para a cultura - frequentemente trabalhadas a partir de linguagens artísticas (como as artes visuais, artes cênicas, música, audiovisual etc) ou mesmo na lógica de projetos, produtos, bens ou serviços culturais, em sentido estrito. Acreditamos que podemos nomear estes processos como “ações culturais, tendo em vista que a própria portaria de criação do Programa apresenta esta terminologia, em seu art. 2º. Estas são definidas pelo professor e pesquisador na área de cultura George Yúdice, em uma breve descrição, da seguinte maneira

A ação cultural explora repertórios muito diversos de códigos que nos permitem articular as competências cognitivas humanas: visuais, dramáticas, lógicas, emocionais, gastronômicas etc. A abordagem é mais integral, abrange todas as maneiras de ser e fazer [...] A ação cultural tem uma vantagem que a diferencia das iniciativas da modernidade: não se movimenta segundo compartimentos autônomos (arte, emprego, lazer, educação, mercado, direito, segurança etc). Seus gestores operam em complexas cadeias de articulação, possibilitando a intersetorialidade e a abertura da arte e da cultura a novas linguagens e narrativas. (YÚDICE, 2014 apud BARON, 2016, p. 3)

O Cultura Viva, enquanto ação de política pública, foi executado pelo MinC ao longo dos últimos 12 anos passando por algumas mudanças e adaptações nos diferentes momentos históricos, dentre as quais destacamos, de maneira muito breve e resumida<sup>2</sup>: seu ciclo inicial de implementação, entre 2004 e 2007; sua expansão federativa, por meio de parceria com Estados e Municípios para a constituição de redes locais de Pontos de Cultura, no período de 2007 a 2010; o momento de inflexão e redesenho da política entre 2011 e 2013 e sua transformação em Política Nacional, por meio da Lei Federal 13.018/2014; e, por fim, o recente debate acerca da autodeclaração de Pontos de Cultura e da expansão de suas ações, debate empreendido pela gestão iniciada em 2015 e interrompida em 2016. É dentro deste amplo contexto, que gostaríamos de tratar do nosso processo de apropriação destes conceitos, onde efetuamos uma tradução destes princípios em diálogo com as dinâmicas próprias da metrópole carioca, gesto que se desdobra na *Rede Carioca de Pontos de Cultura* e, posteriormente, no *Prêmio de Ações Locais*.

<sup>2</sup> Para uma melhor compreensão do nosso entendimento sobre o desenvolvimento do Programa Cultura Viva, em nível federal, do período de 2004 a 2014, indicamos pesquisa anterior, presente na bibliografia deste trabalho (ver LOPES, 2015, p. 41 - 52).



### 3. USOS DA CATEGORIA “TERRITÓRIO” NAS POLÍTICAS CULTURAIS CARIOCAS: A REDE CARIOCA

Neste trabalho, defendemos a hipótese de que o Cultura Viva e os Pontos de Cultura contribuem de forma central para a criação um “novo campo” nas políticas culturais, com foco justamente na relação entre cultura e espacialidade/territorialidade, abordando-a de forma mais complexa e potente. O artista e realizador cultural Marcus Vinícius Faustini, atuante no debate público sobre cultura, cidade e territórios na região metropolitana do Rio de Janeiro, em entrevista realizada pela pesquisadora, professora e gestora cultural Eliane Costa, defende que podemos encontrar nos Pontos de Cultura uma das origens desse processo de “virada territorial”<sup>3</sup> na cultura. Faustini aponta que

[O Ponto de Cultura] Foi uma política de aproximação das coisas que não se entendia, mas que estavam excluídas. Aí foi assim: “Vamos criar isso aqui, para o poder público começar a se relacionar com isso tudo que a gente não dá conta, o popular que está subalterno”. A partir do momento que isso começou a existir e veio o conceito de território, o conceito de território dá mais chances de aparecerem diferenças e subjetividades do que o conceito de cultura popular. Ele diz muito a respeito desse Brasil urbano. [...] *O território surgiu a partir do Ponto de Cultura*. Parece que ele juntou dois pedaços de fios ligados na tomada e deu um “tchun”, *disparou a possibilidade da ação no território, a chancela para a cultura na ponta, para o agente cultural na ponta*. [...] (FAUSTINI *apud* COSTA, 2016, p. 7, *grifos nossos*)

Entendemos, assim, que o Cultura Viva em certa medida trouxe a abertura para uma nova gramática, uma nova “constelação de conceitos” (HAESBAERT, 2014), categorias e olhares sobre a realização cultural em diálogo com os territórios - ainda que o Programa seja, antes de tudo, uma ação de reconhecimento de dinâmicas que já vem sendo realizadas pela sociedade civil, independente da chancela ou do olhar do Estado. Em diálogo com o proposto por Haesbaert (2014) acerca dos usos dos conceitos, compreendemos que o Cultura Viva ao “lançar” esses novos termos no campo político cultural, isto é, ao realizar esta intervenção prática e discursiva no campo da cultura (BARBALHO, 2008, p. 21), não somente reconhece e fomenta aquilo que já acontece, mas atualiza e re-apresenta conceitos e práticas, modificando, assim, o campo político-cultural. Acreditamos, aqui, que esta abertura, por parte do Cultura Viva, de um novo campo de atuação com viés territorial/especial não se dá somente na conjuntura nacional mas, sobretudo, nas políticas culturais em nível municipal, no geral, e no caso específico da cidade do Rio de Janeiro.

O convênio do Cultura Viva no Rio de Janeiro em âmbito municipal foi assinado no ano de 2009, entretanto, somente veio receber a primeira parcela dos recursos financeiros do MinC no ano de 2012. Neste mesmo ano, a SMC passa ser gerida pelo jornalista Sérgio Sá Leitão, que assume o cargo de Secretário Municipal de Cultura, a partir dos últimos meses do ano de 2012. O secretário afirma ter como sua principal missão para a gestão da SMC o desenvolvimento econômico da cultura carioca, mencionando também a importância da implementação do Cultura Viva, em âmbito municipal. Segundo Sá Leitão,

[...] vou implantar em grande escala o programa Cultura Viva, com os pontos de cultura. Quero, com isso, apoiar todas as manifestações e grupos culturais, sobretudo nas comunidades. Há, nas favelas, uma cultura potente, pulsante. Temos que empoderar essas pessoas.<sup>4</sup>

3 Expressão cunhada por um conjunto de atores e atrizes sociais, assim como autoras e autores, que vem tratando da produção cultural contemporânea na região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de seu viés territorial. Ver AGUSTIN, COSTA (org.), 2014; BARON, 2016; COSTA, 2016.

4 Conforme matéria do jornal O GLOBO, “Economia Criativa e Revitalização do Porto: focos do novo secretário”, publicada em 03 de novembro de 2012.





Ao longo do primeiro semestre de 2013 a nova gestão traz ao órgão mudanças em sua estrutura, criando, dentre outros setores, a Coordenadoria de Cultura e Cidadania, setor responsável pela formulação, acompanhamento e gestão direta da Rede Carioca de Pontos de Cultura. No período entre a constituição da Coordenadoria e o lançamento do edital municipal, em setembro deste mesmo ano, a equipe da SMC desenvolveu alguns estudos e pesquisas, além de uma série de consultas a grupos e agentes da sociedade civil acerca dos desenhos do edital e do direcionamento da implementação do Cultura Viva, em âmbito municipal.

Neste período, mais especificamente em agosto de 2013, foi realizada a II Conferência Municipal de Cultura (CMC) do Rio de Janeiro, evento de escuta e participação da sociedade civil na construção de políticas públicas de cultura, em âmbito municipal, e etapa preparatória para a Conferência Nacional de Cultura, conforme previsto no Sistema Nacional de Cultura, estabelecido pela Lei Federal nº 12.343/2010. Vale a pena destacar que esta Conferência foi fortemente influenciada pelas chamadas “Manifestações de Junho de 2013”, ocorridas poucos meses antes, e que no caso particular do Rio de Janeiro, se desdobraram em uma série de movimentos, atos e mobilizações ao longo do segundo semestre de 2013 e do início de 2014 (NETO, 2015), sendo, portanto, um momento intenso de debates políticos alinhando direito à cultura e direito à cidade.

Na conferência, a participação da equipe da Coordenadoria ficou focada nos debates e grupos de trabalho que estavam em torno do tema da cidadania cultural. Uma das questões mais presentes foi a pauta territorial, à época, aparecendo principalmente sob a ideia de “territorialização do orçamento da cultura” - uma proposta ainda difusa, mas que reivindicava a urgência da incorporação do território, das categorias e conceitos ligados à territorialidade, no discurso e prática das políticas públicas de cultura desenvolvidas no município do Rio. Um exemplo do aparecimento desta pauta foi o discurso de um então conselheiro de cultura, que leu uma carta que anunciava seu desligamento do Conselho Municipal de Cultura, em meio à críticas ao processo de constituição deste conselho e da gestão da SMC, de modo geral. Em seu discurso, o conselheiro afirmou

[...] Enquanto não estiverem garantidas as cadeiras *também por vínculo territorial e não apenas por linguagens*, esse Conselho não será efetivo [...] enquanto adiarmos a *territorialização do orçamento* e o orçamento participativo, enquanto o poder público não entender que não, não será mais possível a *performance da escuta ao invés da escuta contínua* [...] eu não poderei compor esse Conselho.<sup>5</sup> (*grifos nossos*)

Em setembro de 2013 foi lançado o primeiro Edital para a seleção de 50 Pontos de Cultura na cidade, conforme previsto no convênio municipal da Rede Carioca. Cabe destacar que a cidade já possuía, até então, o total de 119 Pontos de Cultura, onde estão incluídos aqueles anteriormente selecionados em editais federais, lançados pelo MinC entre 2004 e 2010, e no edital da Rede Estadual de Pontos de Cultura, lançado pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC-RJ) em 2008. Com base nestes dados e tendo em mente a demanda pela incorporação do território nas políticas públicas, assim como o lastro de atuação política e cultural de viés comunitário, local ou territorial, aberto pelo Cultura Viva,

5 São poucos os registros públicos desta conferência e alguns de difícil acesso. Uma parte destes registros é de material de trabalho interno à SMC, além de registros orais da participação presencial. Outra parte do material público constava no site da conferência (<http://www.conferenciaculturario.com.br/>), atualmente desativado (acesso em 26 de setembro de 2016). Entretanto, a matéria do jornal O GLOBO, “Cariocas pedem reestruturação do Conselho Municipal de Cultura”, publicada em 08 de agosto de 2013, registra parte destes debates, com foco na crítica e nos debates sobre Conselho Municipal de Cultura, à época, recém reestruturado.



buscou-se compreender de forma mais complexa a distribuição destes Pontos já existentes no conjunto da cidade para que o edital da Rede Carioca pudesse tematizar a diversidade de territórios cariocas.

Por meio de estudo feito em parceria com o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), foi produzido um mapa, construído a partir de dados fornecidos pelo MinC e pela SEC-RJ, onde se representa a concentração de Pontos de Cultura nas regiões do Centro e Zona Sul da cidade: do total de Pontos de Cultura, 46 estavam sediados no Centro e 37 na Zona Sul (regiões de maior centralidade e poder aquisitivo na cidade), enquanto 24 estavam na Zona Norte (a região de maior densidade demográfica) e 12 na Zona Oeste (a região mais populosa e de maior extensão) – uma clara concentração nas regiões mais centrais e privilegiadas da cidade. Acreditamos que essa concentração se dá justamente pelo fato de as escalas dos editais anteriores (estadual e federal) serem distantes da realidade local dos territórios da cidade, aumentando a possibilidade de reprodução das desigualdades da cidade. Defendíamos que, ao agir em nível municipal tínhamos a oportunidade de agir localmente, tratando das territorialidades cariocas de modo a corrigir essas distorções – ou ao menos, reduzi-las e evitar suas reproduções.

Dessa forma, a Coordenadoria de Cultura e Cidadania decide, a partir de uma série de diálogos com o Fórum de Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, espaço de organização política autônoma dos membros da sociedade civil participantes do Cultura Viva no território fluminense, construir um edital que objetivasse uma maior distribuição territorial dos Pontos de Cultura contemplados. Assim, o edital previa que no mínimo 60% da rede, isto é, 30 dos 50 Pontos de Cultura selecionados deveriam ser aqueles que desenvolvem suas atividades nas Zonas Norte e Oeste (BARON et alli, 2014, p. 5-7). Este foi o formato encontrado para garantir uma maior distribuição dos Pontos de Cultura sem, entretanto, engessar o processo seletivo, caso, por exemplo, da determinação de uma meta de Pontos de Cultura por bairros. Tendo em vista o pequeno número de organizações a ser selecionadas, optou-se por um valor mínimo de distribuição em escala regional, partindo do pressuposto da desigualdade entre os territórios do Centro e Zona Sul, em comparação aos da Zonas Norte e Oeste.

Para empreender tal distribuição territorial, foi necessário desenvolver também uma ação que aproximasse a gestão municipal destes diferentes territórios, inclusive presencialmente. Dentro do processo seletivo da Rede Carioca de Pontos de Cultura foi desenvolvida, então, a Caravana Viva, ação que tinha por objetivo divulgar o edital e auxiliar seus possíveis proponentes na inscrição dos projetos. Com um roteiro construído em parceria com os próprios agentes culturais da cidade, que propunham datas e locais além de articularem suas redes para cada reunião, a equipe da SMC promoveu 23 encontros, em 20 bairros e em todas regiões da cidade, contemplado zonas norte, oeste, sul e centro. Nos encontros, falava-se sobre os conceitos e objetivos do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, bem como uma explicação do processo seletivo, demonstrando as condições de participação, as documentações exigidas, além da retirada de possíveis dúvidas. Estima-se o total de 250 pessoas mobilizadas diretamente nestas ações, para além das mobilizações indiretas.<sup>6</sup>

A efetividade do trabalho da Caravana pôde ser avaliada da seguinte forma: do total de 103 projetos submetidos no edital, 59 propunham atividades nas Zonas Norte e ou Oeste, um percentual próximo de 60%, que corresponde à cota territorial definida. De forma semelhante, no processo de seleção, dos 50 projetos mais bem pontuados, 27 atuavam nas áreas prioritárias, sendo necessário fazer o uso das “cotas territoriais” para incluir somente três iniciativas. Isso aponta não apenas para a existência de

6 Para mais análise mais completa desse processo, ver BARON et. alli., 2014, 7-10



demanda de fomento naquelas regiões, como para a qualificação dos projetos oriundos daqueles territórios. Concluímos, portanto, sobre a importância da proposição de metodologias que tematizem e contemplem estes territórios, possibilitando tanto o *reconhecimento* das singularidades de suas produções, como a ação de forma *redistributiva*, desconcentrando a ocorrência de fomento a Pontos de Cultura das regiões mais centrais da cidade (FRASER, 2001 apud LOPES, 2014, p. 5; 7-11). A composição da Rede Carioca de Pontos de Cultura ao final do processo seletivo se faz presente em 39 bairros da cidade, incluindo Pontos que desenvolvem trabalhos fixos em determinados locais, bem como iniciativas de caráter itinerante. Ela estende-se assim de forma equilibrada por todas as Áreas de Planejamento: enquanto 14 instituições atuam na Região Central e 10 na Zona Sul e Grande Tijuca, 12 atuam na Zona Norte e 17 na Zona Oeste da cidade<sup>7</sup>.

#### 4. AÇÕES LOCAIS E A DIVERSIDADE TERRITORIAL CARIOCA

A avaliação do processo de implementação da Rede Carioca, ainda que positiva na distribuição territorial dos 50 pontos de cultura, apresentou algumas questões: o processo da Caravana Viva trouxe ao radar da SMC e da Coordenadoria de Cultura e Cidadania a informação de uma cena pujante de ações culturais de base comunitária/territorial que, entretanto, não se enquadram nos critérios institucionais e administrativos básicos para se tornar um Ponto de Cultura.<sup>8</sup>

Cabe aqui destacar que outra pauta presente na II CMC, citada acima, era a própria criação do Cultura Viva em âmbito municipal. A pauta, naquele momento, não era restrita ao convênio municipal, pelo contrário, chegava a atingir formulações como a demanda pela criação de 1000 pontos de cultura na cidade do Rio de Janeiro, expressa em alguns dos documentos e debates realizados nos Grupos de Trabalho (BARON et. alli, 2014, p. 12). Entretanto, como defendemos em trabalho anterior, acreditamos que essa demanda por um alto número de Pontos de Cultura encontraria um limite concreto: a baixa ocorrência de grupos culturais juridicamente constituídos e aptos a concorrer e ganhar os editais de seleção de Pontos de Cultura - vale a pena considerar o dado de que o Edital de Pontos de Cultura em nível estadual, em 2008, atingiu o total de 715, sendo 347 localizados na cidade do Rio de Janeiro, comemorado como um alto número, e que no edital municipal o total de inscrições foi de 103 propostas (BARON et. alli, 2014, p. 11).

Entendemos que esta pauta poderia, então, ser compreendida como uma demanda por políticas que, à luz do Cultura Viva, “sejam capazes de fomentar iniciativas comunitárias, promovendo a cultura através da cidadania e a cidadania através da cultura” (BARON et. alli, 2014, p. 12). Nesse sentido, o trabalho da Coordenadoria de Cultura e Cidadania seria, sobretudo, marcado pela busca por “instrumentos capazes de alcançar instituições com baixo nível de formalidade, arranjos grupais informais, agentes individuais” e que, neste esforço, “ao lado da descentralização territorial, um descentramento da questão institucional apresenta-se como passo fundamental para a criação de um trabalho de cidadania cultural em âmbito municipal” (BARON, et. alli., 2014, p. 12).

7 Dados do resultado inicial do edital, publicado em dezembro de 2013. Após a convocação de suplente e assinatura de todos os convênios, reduziu-se o número de Pontos de Cultura na Zona Oeste para 16, e na Zona Norte para 11, aumentando o total de pontos no Centro e na Zona Sul. Cabe destacar também que existem Pontos de Cultura atuantes em mais um bairro.

8 Cabe destacar que para se tornar um Ponto de Cultura nas regras vigentes à época do lançamento do edital, em 2013, era necessário ser constituído juridicamente como organização sem fins lucrativos, comprovar existência a, no mínimo, 03 anos, bem como o desenvolvimento de atividades culturais no mesmo período, além do envio de uma grande quantidade de documentos e certidões, comprovando a regularidade jurídica da instituição, no momento da assinatura do convênio de apoio ao Ponto de Cultura selecionado.



Dentro desse contexto, propusemos uma ação experimental, pensando e produzindo uma metodologia específica para realizar uma aproximação maior da gestão municipal em direção a estes fluxos culturais, o que veio a se desdobrar no *Prêmio de Ações Locais*, que teve sua primeira edição lançada no segundo semestre de 2014, com o objetivo de selecionar 85 ações nas áreas de cultura, arte, comunicação e conhecimento. Uma política própria do município do Rio de Janeiro, pensada a partir da realidade carioca com o objetivo de reconhecer e fomentar “práticas, atividades e projetos continuados, que promovam impacto positivo nos territórios e comunidades em que são realizados” (BARON, 2016, p. 3). No processo de sua formulação, a Coordenadoria de Cultura e Cidadania tomou por referência uma série de outros editais, programas e ações de política pública, de modo a constituir uma gama de ações que compusessem a singularidade metodológica desta política. Infelizmente, dado os limites do presente trabalho, não será possível apresentar de forma mais detalhada sua metodologia de ação<sup>9</sup>, ficando esta análise para um próximo trabalho dentro do escopo desta mesma pesquisa de mestrado.

De maneira sintética, o edital de Ações Locais se propõe a dar um passo além nos mecanismos de fomento nos seguintes pontos: 1) o prêmio é direcionado para pessoas físicas e microempreendedores individuais, de modo a contemplar *coletivos sem constituição jurídica e agentes culturais individuais*; 2) o formato de apoio financeiro é a *premiação*, mecanismo mais simplificado e desburocratizado, que dispensa apresentação de prestação de contas financeira; 3) durante o período de seleção, é contratada uma equipe de *quinze articuladores locais*, profissionais e agentes culturais selecionados com base em sua experiência cultural comunitária e articulação em rede, que realizam um trabalho de mapeamento, estímulo e auxílio a potenciais proponentes do edital; 4) o *formulário de inscrição é simplificado*, em formato narrativo/descritivo e diferenciado dos modelos tradicionais e abstratos de “apresentação”, “objetivo” e “justificativa”, contemplando inclusive depoimentos em texto ou vídeo de pessoas da localidade onde a ação inscrita acontece, de modo a tentar contemplar a realidade das ações culturais de base territorial (que se dão sobretudo na prática, sem necessariamente uma elaboração conceitual prévia); 5) seu processo seletivo inclui a chamada “fase de escuta”, encontro presencial que permite à banca avaliar as ações para além do registro do texto escrito, somente, contemplando outras experiências sensoriais e a diversidade de suportes expressivos; 6) para além das propostas selecionadas e que recebem apoio financeiro, os demais projetos acima da nota de corte recebem um *chancela de Ação Local*, que lhes permite acesso a outras ações de formação e articulação, assim como compõe o portfólio destes grupos e agentes na participação em outros editais, em âmbito municipal.

Por meio desta metodologia, este primeiro edital de Ações Locais conseguiu atingir o total de 850 proponentes inscritos, dos quais 612 chancelados e, conforme previsto inicialmente em edital, 85 premiados. A Zona Oeste foi a região com maior número de iniciativas chanceladas, somando 27% do total, acompanhada pela Zona Norte, representante de 25% do panorama de ações locais reconhecidas. Em terceiro lugar vem a Zona Sul, com 18%, seguida do Centro, com 15%. Outros 15% se referem a iniciativas e grupos que declararam atuar em mais de uma região da cidade. (BARON, 2016, p. 5). Com esta ação, constituiu-se uma rede de iniciativas culturais reconhecidas e fomentadas, em nível municipal, de maneira capilarizada e distribuída pelas regiões da cidade, contemplando a diversidade de expressões culturais realizadas no Rio de Janeiro.

O curto espaço deste trabalho não nos permite oferecer uma análise suficientemente complexa deste processo, expondo seus limites e contradições, assim como algumas lacunas deixadas no processo

9 Para tal, indicamos a leitura de BARON, 2016, na bibliografia.



de sua realização. Entretanto, este texto ser parte de um trabalho mais extenso, que tem por objetivo justamente compreender melhor as relações entre políticas culturais e territorialidades, no caso da cidade do Rio de Janeiro, a partir desta experiência prática de desenvolvimentos de políticas públicas. Assim, provavelmente se desdobrará em outros ensaios que possam se deter melhor nestes aspectos.

De todo modo, uma primeira questão que gostaríamos de apontar é a pouca penetração da pauta da territorialidade dentro do conjunto das políticas públicas da SMC. Enquanto um trabalho de construção de metodologias e avanços conceituais é feito dentro do escopo da Coordenadoria de Cultura e Cidadania - posteriormente alçada ao status de Subsecretaria de Cidadania e Diversidade Cultural até a conclusão deste ciclo, em 2016 - o conjunto das políticas públicas de cultura municipais, em especial as de Fomento Direto e Indireto, demanda ainda por um recorte e uma melhor compreensão das singularidades e desigualdades territoriais da cidade do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, destacamos a demanda pela institucionalização de políticas públicas de cultura, de modo a romper com a triste tradição da instabilidade (RUBIM, 2007), ou ainda da descontinuidade, presente no campo. No caso destas políticas citadas ao longo do trabalho, tanto no caso da Rede Carioca de Pontos de Cultura, quanto do Prêmio de Ações Locais, fica aberto o desafio para gestores e agentes da sociedade civil construir diálogos e novos pactos que propiciem o avanço dessas políticas, seja por meio da continuidade direta ou ainda por meio do seu refinamento crítico.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão deste processo de reflexão, gostaríamos de propor alguns desdobramentos sobre o próprio conceito de políticas culturais. Segundo Alexandre Barbalho, professor e pesquisador nas áreas de cultura e comunicação, em diálogo com a obra de Canclini, as políticas culturais podem ser entendidas como intervenções que possuem o intuito de “orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” (CANCLINI, 2001, p. 65 apud BARBALHO, 2016, p. 28). Este é, segundo o autor, um entendimento bastante usual e frequente no contexto brasileiro e, também, latino americano.

Entretanto, ainda segundo Barbalho, é possível compreender as políticas culturais de outra maneira, a partir dos múltiplos significados do termo “política”, mais visíveis no inglês onde existem os termos *policy* e *politics*. *Policy* estaria mais ligado às “políticas públicas propriamente ditas, às decisões governamentais” e, por sua vez, *politics* é a “esfera do jogo político, da dinâmica das disputas de sentido, de valores, de ideias, de projetos políticos” (BARBALHO, 2016, p. 41). Como dito, Barbalho observa que entre estudiosos e instituições atuantes neste campo, a concepção predominante é a “da política cultural como política de governo [*cultural policy*], deixando em um segundo plano a dimensão das disputas político-culturais [*cultural politics*]” (BARBALHO, 2016, p. 47).

A experiência inaugurada pelo Cultura Viva, de saída já nos oferece algumas restrições a essa compressão hegemônica da política cultural como sinônimo da política de governo. Em primeiro lugar, por inverter a lógica tradicional da política pública, focada em *ausências* ou *carências*, onde o Estado e os entes públicos correm atrás de resolver *carências* de um determinado bem ou serviço (TURINO, 2009, p. 64). A partir das políticas culturais que aqui entendemos como vinculadas ao Cultura Viva, o objetivo é ir ao encontro de quem já realiza, de sua *potência*, de modo a fortalecê-la. Este gesto convida-nos a ter como pressuposto o reconhecimento da agência de grupos e movimentos da sociedade, a sua produção de saberes e conhecimentos, para a construção de políticas culturais.





Em segundo lugar, de acordo com Célio Turino, o próprio funcionamento do Cultura Viva pressupõe um encontro de diferentes que seja potente e produtivo, tanto para Estado quanto para sociedade civil:

De um lado, os grupos culturais, apropriando-se de mecanismos de gestão e recursos públicos; de outro, o Estado, com normas de controle e regras rígidas. Essa tensão, de certo modo inevitável, cumpre um papel educativo que, a longo prazo, resultará em mudanças em ambos os campos. O objetivo seria uma burocracia mais flexível e adequada à realidade da vida, assim como um movimento social mais bem preparado no trato das questões de gestão, capacitando-se para melhor acompanhar as políticas públicas e o planejamento de suas atividades específicas (TURINO, 2009 p. 64-65).

De alguma maneira, acredito que este seja o processo que observamos no nosso relato dos usos de conceitos e categorias ligados à territorialidade nas políticas culturais cariocas, conforme buscamos demonstrar ao longo do texto, ainda que de maneira inicial e resumida. Isto porque este processo envolveu a participação tanto de atores estatais, formuladores de políticas públicas, assim como a rica e potente contribuição de atores da sociedade civil, grupos e movimentos culturais. Em outras palavras, só foi possível avançar na construção de políticas como a Rede Carioca de Pontos de Cultura e o Prêmio de Ações Locais por meio do encontro das políticas culturais entendidas como *cultural policy*, com as políticas culturais entendidas como *cultural politics*; isto é, a partir do encontro de um gesto mais organizativo e de planejamento cultural com as lutas e conflitos produzidos no seio das práticas culturais.

A emergência do conceito de território nas políticas culturais é para nós, antes de tudo, uma *estratégia de afirmação política de direitos culturais*, seja por meio das lutas políticas dos movimentos sociais, seja, hoje, com o histórico e o precedente aberto pelo desenvolvimento de políticas públicas com esse recorte - não só no Rio, mas em diversos outros contextos. Seria possível, por exemplo, desenvolver um trabalho que buscasse identificar de maneira mais precisa a origem deste uso específico, desta *politização e culturalização* do universo de categorias associadas à espacialidade. Este não era, entretanto, o objetivo deste texto. Mais do que identificar e propor uma *constelação geográfica de conceitos* (HAESBAERT, 2014) onde pudéssemos identificar mais nitidamente onde os usos de noções ligadas à espacialidade estariam mais associadas às categorias de *paisagem, lugar, ambiente* ou ainda, o próprio *território*<sup>10</sup>, o que nos interessou neste texto foi pensar a maneira como estas categorias, estes conceitos foram e tem sido utilizados neste processo. Afinal, “os conceitos podem ainda ser *armas para a ação de outros* [...] que dispõem deles para fazer *a crítica do mundo, para instaurar outros mundos. [...] o conceito é sempre uma intervenção no mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo*” (GALLO, 2003, p. 35-36 *apud* HAESBAERT, 2014, p. 49, grifos nossos)

Entendemos que o processo relatado ao longo deste texto, ainda que seja focado em ações que são, por definição, políticas públicas de cultura [*cultural policy*], somente se tornaram possíveis graças a uma complexa de rede produção e intervenção cultural que, para além da criação artística e cultural em si, também tem produzido um conjunto de categorias e conceitos que melhor nomeiam e formulam nossas tarefas políticas e culturais. Alexandre Barbalho, durante sua argumentação em torno da definição usual de política cultural, nos oferece uma simples porém potente definição, ao afirmar que “a política cultural é o conjunto de intervenções práticas e discursivas no campo da cultura [...]” (BARBALHO, 2008, p. 21, grifos nossos). Não desejando atribuir sentido conclusivo a esta breve afirmação do autor, acreditamos,

10 Aqui nos baseamos na proposição levantada por Rogerio Haesbaert, em texto citado na bibliografia. Ver HAESBAERT, 2014, p. 34-47





entretanto, que ela nos serve para pensar o campo político-cultural de maneira mais adequada, tendo em vista a complexidade que reconhecemos neste campo.

Se aqui entendemos que pensar a produção e o uso desses conceitos nas políticas culturais como um ato de criação/intervenção é algo potente, *pensar a própria política cultural como um campo de intervenções* se mostra, ao nosso ver, como uma compreensão associada àquilo que, ao longo de trabalhos anteriores (LOPES, 2014, 2015), vimos identificamos como as principais tarefas das políticas culturais: a conquista e produção de direitos culturais, o enfrentamento de desigualdades e, por fim, o reconhecimento e materialização da diversidade cultural.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUSTINI, Gabriela; COSTA, Eliane (orgs.) *De Baixo Para Cima*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

BARBALHO, Alexandre. *Textos Nômades: Política, Cultura e Mídia*. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. O papel da política e da cultura nas cidades contemporâneas. In: *Políticas Culturais em Revista*, 2 (2), p. 1-3, 2009.

\_\_\_\_\_. *Política cultural e o Desentendimento*. Fortaleza. IBDCult, 2016.

BARON, Lia. et alli. A implementação da Rede Carioca de Pontos de Cultura: um movimento de descentralização e de reconhecimento do território. *Anais do V Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

BARON, Lia. A territorialização das políticas públicas de cultura no Rio de Janeiro. *Revista Z Cultural*. Rio de Janeiro: PACC/UFRJ. Ano XI, nº1, 2016.

COSTA, Eliane. “Agir no território e não representar o território” - Entrevista com Marcus Vinícius Faustini. *Revista Z Cultural*. Rio de Janeiro: PACC/UFRJ. Ano XI, nº1, 2016.

HAESBAERT, Rogerio. Por uma constelação geográfica de conceitos. In: \_\_\_\_\_. *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 19-52.

LOPES, Guilherme. Reconhecimento, redistribuição e território: conceitos, questões e horizontes para as políticas culturais na cidade do Rio de Janeiro. In: BARBOSA, Jorge Luiz; BEZERRA DA SILVA, Monique. (Org.). *Oeste Carioca*. 1ed., p. 45-55. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

LOPES, Guilherme. *O Cultura Viva e a Economia Criativa: ensaios sobre as políticas culturais no Brasil contemporâneo*. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural). Niterói: IACS/UFF, 2015.

NETO, Moysés Pinto. Juventude em chamadas: pessimismo, organização e utopia. *Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n.º 45. p.117 – 137. 2015

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim; BARBALHO, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 11-36.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.

